

## SUMÁRIO

PREFACIO À 1.ª EDIÇÃO – ANTONIO LUIS CHAVES CAMARGO .....	11
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO – MARCIO THOMAZ BASTOS .....	15
OBRAS DO AUTOR .....	17
INTRODUÇÃO.....	23
Capítulo I. Da sociedade de risco .....	29
1. Considerações preliminares.....	29
2. Características do risco contemporâneo .....	37
3. Novos riscos e discursos sociais.....	43
4. O paradoxo do risco.....	48
Capítulo II. Dos mecanismos de gerenciamento de riscos .....	52
1. Considerações preliminares.....	52
2. Gerenciamento de riscos.....	55
2.1 Análise do risco.....	56
2.2 Definição do risco permitido.....	58
3. Princípio da precaução .....	62
3.1 Conceito .....	62
3.2 Desenvolvimento histórico do princípio da precau- ção .....	67
3.3 Âmbitos de aplicação .....	71
3.3.1 Ausência de certeza científica .....	72
3.3.2 Ausência de evidências estatísticas .....	74
3.4 Hipóteses de precaução.....	79

3.5 Medidas de precaução.....	81
3.6 Efetivação das medidas de precaução.....	84
<b>Capítulo III. Da utilização do direito penal como instrumento de gerenciamento do risco .....</b>	<b>87</b>
1. Considerações preliminares.....	87
2. Alterações legislativas e dogmáticas.....	94
3. Reações da crítica jurídica.....	99
3.1 Escola de Frankfurt.....	100
3.2 Silva Sánchez e o direito penal de duas velocidades .....	103
3.3 Direito penal do risco.....	106
3.4 Funcionalismo.....	108
4. Direito penal de precaução.....	111
<b>Capítulo IV. Dos crimes de perigo abstrato.....</b>	<b>113</b>
1. Conceito .....	113
2. Delitos de perigo abstrato e sociedade de riscos .....	119
3. Desenvolvimento metodológico do conceito dos delitos de perigo abstrato .....	128
3.1 Direito penal clássico .....	129
3.2 Neokantismo .....	134
3.3 Finalismo.....	137
3.4 Pós-finalismo .....	141
3.4.1 Delitos de perigo abstrato como delitos de lesão.....	141
3.4.2 Delitos de perigo abstrato como delitos formais .....	147
3.4.3 Delitos de perigo abstrato como delitos de periculosidade .....	149
3.4.3.1 Teses dualistas .....	153

3.4.3.2	Teses da periculosidade como elemento basilar dos tipos penais.....	164
3.4.4	Inconstitucionalidade.....	170
4.	Posicionamento.....	172
4.1	Fundamentos.....	172
4.1.1	Considerações preliminares.....	172
4.1.2	Proteção exclusiva de bens jurídicos.....	177
4.1.2.1	Caracterização material dos bens jurídicos.....	177
4.1.2.2	Bem jurídico e direito penal simbólico.....	191
4.1.2.3	Bem jurídico e delitos políticos.....	193
4.1.2.4	Bem jurídico e crimes de perigo abstrato.....	194
4.1.2.5	Crimes de perigo abstrato e administrativização do direito penal sob a ótica do bem jurídico.....	199
4.1.3	Princípio da lesividade.....	205
4.1.4	Princípio da subsidiariedade e da fragmentariedade.....	208
4.1.5	Princípio da proporcionalidade.....	213
4.1.6	Elementos para uma análise funcional dos delitos de perigo abstrato.....	215
4.2	Estrutura material do tipo penal de perigo abstrato.....	216
4.2.1	Considerações preliminares.....	216
4.2.2	Risco como base do injusto penal.....	217
4.2.3	Risco e crimes de perigo abstrato.....	223
4.2.4	Criação de um risco.....	227
4.2.5	Diminuição do risco.....	235
4.2.6	Risco permitido.....	236
4.2.7	Risco e delitos de perigo abstrato por acumulação.....	241

4.2.8 Periculosidade superveniente .....	245
4.2.9 Ônus da demonstração da periculosidade.....	246
4.3 A periculosidade como elemento fundamental do sistema penal teleológico .....	251
Capítulo V. Da legitimidade dos delitos de perigo abstrato diante do princípio da precaução.....	256
1. Considerações preliminares.....	256
2. Pensamento penal contemporâneo e o princípio da precaução.....	259
3. Posicionamento .....	268
3.1 Considerações preliminares.....	268
3.2 Reflexões críticas sobre as propostas de legitimação do direito penal da precaução .....	270
3.3 Precaução e periculosidade.....	282
3.4 Reflexões finais .....	288
REFLEXÕES FINAIS.....	297
BIBLIOGRAFIA .....	301